

Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. – TGBC

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. T 2 nº 471, 17º andar Edifício Focus Business, Setor Sul, Goiânia (GO)

T +55 62 3215-8444

Aos Acionistas e Administradores da
Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. – TGBC
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. – TGBC (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. – TGBC em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasi CPC PME(R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativas nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve que Administração estima que o início da operação da Companhia seja até o final do exercício de 2029 e apresentou prejuízos de R\$ 5.373 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.516 mil em 31 de dezembro de 2021), necessitando de suporte financeiro de seus Acionistas. Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 18 de abril de 2022, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil CPC PME(R1), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 29 de maio de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Thiago Henrique Vasconcellos Crisol
Contador CRC 1SP-332.589/O-6 T-GO

Transportadora de Gás do Brasil Central S.A – TGBC

Balanço patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares – R\$

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	127	190
Outros ativos	-	44	-
Total do ativo circulante		<u>171</u>	<u>190</u>
Ativo não circulante			
Diferido	4	2.003	2.003
Intangível	5	9.497	9.497
Total do ativo não circulante		<u>11.500</u>	<u>11.500</u>
Total do ativo		<u>11.671</u>	<u>11.690</u>

As notas explicativas da administração parte integrante das demonstrações contábeis.

Transportadora de Gás do Brasil Central S.A – TGBC

Balanço patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares – R\$

PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo circulante			
Tributos a recolher	6	60	28
Outros passivos	-	4	-
Total do passivo circulante		<u>64</u>	<u>28</u>
Total do passivo		<u>64</u>	<u>28</u>
Patrimônio líquido	7		
Capital social		30.000	28.002
Adiantamento para futuro aumento de capital		3.320	-
Prejuízos acumulados		<u>(21.713)</u>	<u>(16.340)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>11.607</u>	<u>11.662</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>11.671</u>	<u>11.690</u>

As notas explicativas da administração parte integrante das demonstrações contábeis.

Transportadora de Gás do Brasil Central S.A – TGBC

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares – R\$, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas operacionais:			
Gerais e administrativas	8	(5.373)	(2.516)
		(5.373)	(2.516)
Prejuízo do exercício		<u>(5.373)</u>	<u>(2.516)</u>
Quantidade de ações		18.700.000	9.000.000
Prejuízo por ação (em R\$)		<u>(0,28733)</u>	<u>(0,27955)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transportadora de Gás do Brasil Central S.A – TGBC

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares – R\$

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(5.373)	(2.516)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>(5.373)</u>	<u>(2.516)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transportadora de Gás do Brasil Central S.A – TGBC

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares – R\$

	Capital social		Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
	Subscrito	A integralizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	21.000	-	(13.824)	4.376	11.552
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	74	74
Aumento do capital social	9.000	(4.550)	-	(4.450)	-
Integralização de capital	-	2.552	-	-	2.552
Prejuízo do exercício	-	-	(2.516)	-	(2.516)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.000	(1.998)	(16.340)	-	11.662
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	3.320	3.320
Aumento do capital social	-	1.998	-	-	1.998
Integralização de capital	-	-	(5.373)	-	(5.373)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.000	-	(21.713)	3.320	11.607

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transportadora de Gás do Brasil Central S.A – TGBC

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares – R\$

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(5.373)	(2.516)
Acréscimo (decréscimo) dos ativos/ passivos operacionais		
Adiantamento a fornecedores	(44)	-
Fornecedores	4	-
Tributos a recolher	32	22
	(8)	22
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(5.381)	(2.494)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.320	(4.376)
Aumento de capital social	1.998	7.002
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	5.318	2.626
Acréscimo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(63)</u>	<u>132</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	190	58
No final do exercício	127	190
Acréscimo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(63)</u>	<u>132</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

A Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. – TGBC (“Companhia”) foi constituída em 22 de novembro de 2002 e tem por objeto a engenharia, construção, instalação, titularidade, exploração comercial, operação e manutenção, direta ou indiretamente, de um duto para transporte de gás natural para o Estado de Goiás e Distrito Federal e instalações associadas, e a participação em outras sociedades e consórcios, bem como a exploração da comercialização de serviços de transmissão de dados e informações por fibra ótica ou outra forma de transmissão de dados e informações, a qual: **(a)** possa ser conduzida direta ou indiretamente por meio da estrutura do gasoduto ou dos direitos de passagem a ele relacionados; ou **(b)** seja necessária, costumeira, conveniente ou incidente ao anteriormente mencionado.

A Companhia vem desenvolvendo diversas ações como forma de iniciar suas operações. Em novembro de 2013, a Companhia obteve a Licença de Instalação – LI do Projeto de construção do gasoduto, emitida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, bem como atendeu todas as condicionantes pré – obra, constantes na Licença de Instalação – LI. Ademais, encontra-se em andamento o processo de Chamada Pública de Alocação de Capacidade – CPAC na Agência Natural de Petróleo e B combustíveis – ANP. A administração estima o início de sua operação até o final do exercício de 2029. Até o início da sua operação, a Companhia continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido por meio de aporte de capital por parte de seus acionistas ou de recursos de terceiros.

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 29 de maio de 2023.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

2.2. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- **Custo amortizado**

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

- i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)**

O CPC 48 define um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (*impairment*) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

- ii) **Baixa de ativos financeiros**

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos – a Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

O ativo financeiro reconhecido pela Companhia é caixa e equivalentes de caixa.

O passivo financeiro reconhecido pela Companhia são os fornecedores.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações contábeis, que não excedem o seu valor de mercado ou seu valor de mercado ou de realização.

2.4. Diferido

De acordo com a Lei nº 11.941/09, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização. Os valores constantes no diferido representam gastos incorridos e receitas auferidas no período pré-operacional, os quais serão amortizados em dez anos pelo método linear, a partir do início das operações, sujeitos a análise de recuperabilidade.

2.5. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, a ser construída como parte da autorização de funcionamento para operação do serviço público de transporte de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários o serviço público por ela prestado), de acordo com as disposições das Resoluções CFC nº 1.003/10, nº 1.261/09 e nº 1.318/10, que aprovaram, respectivamente, o pronunciamento técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangíveis, a interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e a orientação técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

2.7. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja “provável”. Assim, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Nota de tributação

2.8. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação.

As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem a base tributável nem o resultado contábil; e
- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não reconheceu ativos de impostos estimados no montante de R\$ 7.382 com relação a prejuízos acumulados no montante de R\$ 21.713. Com base no plano de negócios, a Companhia não deverá gerar lucros tributáveis até 2029. No entanto, se estas estimativas mudarem, um ativo fiscal diferido pode vir a ser reconhecido.

2.9. Alterações em Normas e Interpretações

Alterações adotadas pela Companhia

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- 1º de janeiro de 2022 – Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- 1º de janeiro de 2022 – Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- 1º de janeiro de 2022 – Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- 1º de janeiro de 2023 – Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); e
- 1º de janeiro de 2023 – IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro.

Alteração ao IAS 16/CPC 27 “Ativo Imobilizado”

A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Alteração ao IAS 37/CPC25 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”

Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

Alteração ao IFRS 3/CPC 15 “Combinação de Negócios”

Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020

- IFRS 9/CPC 48 – “Instrumentos Financeiros” – esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros;
- IFRS 16/CPC 06 – “Arrendamentos” – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado;
- IFRS 1/CPC 37 “Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros” – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais; e
- IAS 41/CP 29 – “Ativos Biológicos” – remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1

“*Presentation of financial statements*”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações contábeis, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “*Classification of liabilities as current or non-current*”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020.

Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”. As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a “*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*” para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8

Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12

Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	127	190
Total	127	190

As aplicações financeiras são de investimentos automáticos com remuneração média de 20% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4. Diferido

	31/12/2022	31/12/2021
Gastos pré-operacionais	2.003	2.003
Total	2.003	2.003

O saldo corresponde a despesas pré-operacionais incorridas antes de 2008. Na adoção dos CPC em 2010 e por regência das Leis nº 11.638/08 e 11.941/09 que alteraram a Lei nº 6.404/76, a Companhia avaliou o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 como ativo diferido que, pela sua natureza, não pôde ser alocado a outro grupo de contas, desta forma permanecerá até sua completa amortização e dedução na apuração do lucro real (apuração da base de Imposto de Renda) e do resultado ajustado (apuração da base de contribuição social) em quotas fixas mensais em prazo mínimo de 5 anos, a partir do início das operações ou da plena utilização das instalações.

A administração não identificou indícios de perda de valor do ativo em seu plano de negócios.

5. Intangível

	31/12/2022	31/12/2021
Projetos e estudos (a)	9.497	9.497
Total	9.497	9.497

- a) Referem-se a desenvolvimento de estudos ambientais e de engenharia que foram realizados ao longo do tempo com o objetivo da Companhia receber a Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI, emitida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, bem como receber a Declaração de Utilidade Pública – DUP do projeto, além da necessidade de atender às exigências da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, órgão regulador dos serviços de transporte de gás natural, que aprova o projeto para realização da Chamada Pública de Alocação de Publicidade – CPAC.

6. Tributos a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda retido na fonte	17	7
Contribuição social retido na fonte	41	20
Outros	2	1
Total	60	28

7. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 29 de janeiro de 2021, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, aumento de capital social, no montante de R\$ 9.000, mediante a subscrição de 9.000.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pelo preço de emissão R\$ 1,00 cada. Os acionistas integralizaram R\$ 7.002, sendo R\$ 2.552 por meio de depósitos bancários em moeda nacional corrente e R\$ 4.450 através da capitalização de adiantamentos para futuros aumento de capital.

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 30.000 dividido em 18.700.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes CS Energia S.A. e Carlos Seabra Suarez.

Cada ação ordinária confere direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

b) Distribuição de dividendos

O Estatuto Social prevê que do lucro apurado no fim de cada exercício deverá ser aplicado o percentual de 5%, antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A Companhia, quando em operação, distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei em cada exercício.

8. Despesas operacionais

	2022	2021
Por função		
Despesas gerais e administrativas	(5.373)	(2.516)
Total por função	(5.373)	(2.516)
Por natureza		
Serviços profissionais	(5.251)	(2.425)
Despesas com viagens	(56)	(12)
Outras despesas operacionais	(66)	(79)
Total por natureza	(5.373)	(2.516)

9. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros e risco de liquidez. O Conselho de administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI, conforme detalhado na Nota 3.

c) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

e) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

* * *